

Os bancos credores rejeitam a proposta brasileira de renegociação da dívida externa. Nem chegaram a considerar que ela podia apresentar base para uma discussão. Foram além, ao anunciar que mandariam uma missão técnica ao Brasil para examinar dados da economia nacional — o que mostra que ainda não estão persuadidos da justeza dos argumentos da exposição que o secretário nacional de Política Econômica, Antônio Kandir, lhes fez recentemente sobre a reduzida capacidade de pagamento do País.

Na realidade houve um diálogo de surdos: os bancos credores não entendem que um país devedor submeta o pagamento do serviço de sua dívida externa a problemas fiscais e não, como todos os outros devedores, a sua capacidade de gerar divisas.

Não houve rompimento, atitude que não interessa a nenhuma das partes. Isso não quer dizer que possamos esperar no curto prazo a solução do problema que nos mantém à margem da comunidade financeira internacional.

O Brasil quis ser original e estabeleceu as regras do jogo sem ter o cuidado de verificar se o campo do adversário estava preparado para aceitá-las. A proposta brasileira podia satisfazer ao orgulho nacional e a nossos economistas imaginativos. Apenas tinha um defeito: não correspondia às necessidades dos credores, que puderam verificar que as nego-

ciações ortodoxas realizadas com outros países estavam funcionando, satisfazendo a ambas as partes. É esse fato que, sem nenhuma dúvida, representa a maior fraqueza da posição brasileira. Ela procura negar o êxito de outras negociações, como aquelas realizadas por países como o México, a Venezuela ou as Filipinas, para citar apenas três exemplos.

Existe forte contraste entre a acolhida da comunidade financeira internacional ao plano econômico do governo Collor e o total irrealismo da proposta de nossos negociadores para o tratamento da dívida externa. Para a diplomacia de nossos representantes funcionar e fazer aceitar uma idéia justa, que leve em conta os efeitos do pagamento da dívida sobre a situação fiscal, teríamos de oferecer algo palpável para os bancos que, em razão da suspensão por 18 meses do pagamento dos juros, estão em situação muito delicada. A proposta brasileira, na realidade, não oferece nenhuma abertura, como, por exemplo, o pagamento imediato de uma parte (ainda que reduzida) dos juros atrasados. Ao contrário, chegamos a apresentar como solução a capitalização dos juros atrasados, recurso que não é aceito pela legislação norte-americana. Nosso governo nem fez preventivamente um contato com as autoridades de Washington para procurar modificar a legislação lá vigente. A

proposta é um bloco sem fissura, que nem mesmo leva em conta o fato de que o cupon zero bond, representa para os bancos perda ainda maior que a venda dos débitos brasileiros no mercado secundário com deságio de 80%.

Ao decidir mandar uma missão técnica ao Brasil o comitê de assessoramento dos bancos, mesmo com novos membros, mostra claramente sua desconfiança quanto aos dados apresentados pelas autoridades brasileiras. Estão raciocinando em plano diverso do apresentado pelo Brasil: para os bancos, um país que tem em caixa mais de US\$ 9 bilhões não pode afirmar que atravessa crise de liquidez e não honrar compromissos. Mais que isso, não entendem os argumentos relativos ao equilíbrio fiscal, quando verificam que o México, por exemplo, reduziu, mesmo pagando aos credores, seu déficit interno e conseguiu resultados antiinflacionários muito melhores que o Brasil. O risco que corremos é de a missão técnica que vier depois dos economistas ao Brasil chegar à conclusão de que os resultados de nossa política econômica não são tão brilhantes como se afirma. Nessa hipótese, o presidente Fernando Collor está sendo mal-informado por sua equipe.

O fato mais lamentável é que, ao adotar atitude tão intransigente, estamos impedindo o presidente Collor de levar adiante a política de in-

tegração do Brasil ao mundo industrial. Ao contrário, estamos mostrando um subdesenvolvimento terceiro-mundista inclassificável. Temos de perguntar se, estando à margem da comunidade financeira internacional, não se torna perigosa nossa abertura para o comércio exterior, que nesse contexto pode acarretar a pior crise cambial de nossa história. Comércio internacional sem apoio financeiro parece atitude suicida.

Não existe rompimento e, segundo o próprio embaixador Jório Dauster, que é o encarregado da renegociação, esta ainda não começou, embora o processo tenha sido desencadeado. Os bancos, diante da rigidez de nossa proposta, nem apresentaram contraproposta. Certamente o farão daqui a algumas semanas. Temos de esperar que, neste momento, sejamos capazes de aceitar um verdadeiro diálogo e, cedendo em algo, conseguir impor a idéia justa: a necessidade de levar em conta também o problema do equilíbrio fiscal.

Infelizmente, vamos perder um tempo precioso. Certamente depois deste primeiro episódio, o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, não descobrirá razões para levar a carta de intenção a seu board, não poderemos iniciar as conversações com o Clube de Paris nem pretender receber a ajuda do Japão.

Sem a crise do petróleo, isso já seria ruim. Agora pode tornar-se trágico.